



IBSA WOMEN'S FORUM

14 e 15 de abril de 2010 – Brasília- Brasil

III Forum de Mulheres do IBAS

O III Forum de Mulheres do IBAS reuniu-se em Brasília, nos dias 14 e 15 de abril de 2010, por ocasião da IV Cúpula do IBAS, para considerar os efeitos da violência e da crise econômica nas populações das nações do IBAS, particularmente das mulheres de Índia, Brasil e África do Sul.

Estudos recentes na Índia, Brasil e África do Sul verificaram que obstáculos à plena participação das mulheres no mercado de trabalho são estruturais e agravaram-se com a crise econômica atual.

Esse relatório descreve os fatores e condições existentes em cada país e termina com propostas para ação.

ÍNDIA

Quase 93 por cento da população de trabalhadores está no setor não organizado, chamado informal. Mais de 15 milhões de mulheres fazem parte desse setor e delas, mais da metade é envolvida no trabalho em casa, produzindo uma variedade de bens, principalmente pagos por peça produzida. Mulheres também trabalham como empregadas domésticas na área urbana da Índia e grande parte delas trabalha na agricultura e em trabalhos informais pagos por hora ou dia trabalhados na área rural da Índia.

A crise global financeira resultou em recessão das economias desenvolvidas. Isso também afetou a Índia. Tornou o crescimento econômico da Índia mais lento: de 9.1 por cento entre 2007-2008 e de um crescimento médio de aproximadamente 9 por cento de 2003 a 2008, a taxa de crescimento caiu para 6.7 por cento em 2008-2009. Entretanto, o impacto da crise financeira global na Índia não foi tão severo quanto em muitos outros países e atingiu, sobretudo, o setor não organizado. A mão de obra desse setor experimentou uma queda no número de dias nos quais havia trabalho disponível. Houve uma retração dos valores pagos por peça, bem como uma deterioração de status dos empregos. Mais trabalhadores se tornaram eventuais ou temporários, o que implica menos



regularidade de trabalho e aumento da insegurança de emprego. Tudo isso resultou em uma redução da renda doméstica.

A exportação, que constitui 22 por cento do Produto Nacional Bruto da Índia, foi gravemente afetada. Tornou-se crítico o efeito sobre a exportação de gemas e jóias, fabricação de tecidos, roupas e artigos de couro, setores que são atendidos por trabalhadores no emprego informal. O declínio nas exportações indianas resultou no fechamento de algumas empresas, conseqüentemente na perda de meios de subsistência de seus operários, dos quais muitas são mulheres. Na indústria de confecções, por exemplo, 92 por cento são mulheres com emprego informal. Sub-empregadas e terceirização são comuns na produção doméstica, em que mais uma vez, as mulheres constituem o grupo dominante. Também nesta área as mulheres foram afetadas em termos de queda de salários e no número de dias trabalhados. A perda de emprego dos homens transferiu a responsabilidade de manter a casa para as mulheres.

As mulheres empregadas na reciclagem de lixo, na construção, na confecção de roupas e artesanato e em pequenas e médias empresas sofreram todas o impacto da crise global. Há evidências de que mulheres que trabalhavam mais de 20 dias por mês na indústria de construção, antes da crise econômica, tiveram um número significativamente menor de dias de serviço, no mesmo setor, durante a crise. Os preços pagos na atividade de reciclagem de lixo experimentaram uma queda de 50 por cento. Mulheres que trabalhavam na produção doméstica de vestuário tiveram uma queda abrupta nas suas rendas. Mais de um terço dos trabalhadores no setor artesanal orientado para exportação e baseado nas artes tradicionais, como o bordado de roupas, teve de buscar trabalho não qualificado, devido ao declínio de emprego e salários. Esse deslocamento pode implicar em perda de habilidades das trabalhadoras e perda de produtividade por um período mais longo.

A queda na renda familiar aumentou o endividamento para enfrentar as despesas de consumo. Um estudo recente de seis setores da Índia (Crise Econômica Global: Impacto nos Pobres da Índia, uma síntese de estudos de setores, novembro 2009, PNUD Índia) demonstrou que 10 a 30 por cento das famílias entrevistadas recorreram à penhora de objetos e vendas de ativos para pagar despesas. Sua capacidade continua diminuída, mesmo após sinais de recuperação das condições econômicas. Em todos os seis setores, um número de famílias relatou que mulheres que anteriormente não trabalhavam buscaram emprego de tempo integral ou parcial. No setor de gemas e jóias, por exemplo, mais da metade dos entrevistados registraram que as mulheres empregaram-se em tempo



integral. No setor de roupas bordadas, artesanato tradicional (trabalho chikan), as meninas de idade escolar assumiram o serviço.

Devido ao declínio nos níveis de renda doméstica, há um aumento no trabalho doméstico não remunerado de mulheres. De um lado, porque homens não empregados ou subempregados que ficam em casa precisam de mais cuidados das mulheres, de outro porque a redução da renda conduziu a uma redução na procura por serviços de saúde e os cuidados e responsabilidades para com os doentes e velhos tornou-se mais uma vez obrigação das mulheres. Aproximadamente um terço de famílias no estudo por amostragem do PNUD relatou um aumento no trabalho não remunerado das mulheres. A evasão escolar de meninas foi um relato comum. No estudo por amostragem da indústria de gemas e jóias, por exemplo, aproximadamente um quinto das famílias se viram forçadas a retirar suas meninas da escola. Isso, potencialmente, pode vir a ter um efeito prejudicial, a longo prazo, no capital humano das meninas e em seu status socioeconômico.

Há também evidências de que as mulheres vivenciaram um número maior de episódios de conflito e violência doméstica por conta da crise. Aproximadamente 45 por cento das famílias entrevistadas no estudo do PNUD relataram esse tipo de situação. Isso pode ser atribuído a maior insegurança e frustração na vida diária, o que fez com que os homens descarregassem sua raiva nas mulheres da família.

As evidências na Índia e algumas estatísticas do Brasil demonstram que o impacto direto de perda de emprego foi maior para os homens do que para as mulheres, como consequência da recessão econômica global. Isso, entretanto, não é uma boa notícia para as mulheres, pois como foi dito, contribuiu para maior estresse nas suas vidas, decorrente do aumento da incidência de violência doméstica, mesmo depois da crise. Ademais, essa resposta dos empregadores à crise simplesmente destaca o problema crônico de mulheres exploradas no mercado de trabalho nos tempos difíceis, quando as mulheres compõem a categoria de trabalhadores mais atraentes - leia-se, mais exploráveis.

A situação está, entretanto, melhorando. O crescimento econômico aumentou e as exportações estão em recuperação. A Índia registrou um crescimento de 7.2 por cento no período de 2009-2010. O Governo da Índia tomou várias medidas para enfrentar as situações decorrentes da crise.



Promulgou o Ato de Previdência Social dos Trabalhadores Não-Organizados de 2008, que facilitará a formulação de políticas e programas de bem estar social para a força de trabalho no setor informal. Em agosto de 2009, o Governo constituiu a Junta Nacional de Segurança Social para recomendar planos de segurança social, tais como benefícios que cubram a morte, a invalidez, os tratamentos de saúde e maternidade, proteção à velhice e outros benefícios para trabalhadores não organizados que se propõem a monitorar a implementação.

Brasil

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada, o Escritório da Organização Internacional do Trabalho e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística elaboraram estudo sobre o mercado de trabalho, sob a perspectiva de gênero, em seis regiões metropolitanas, com as seguintes principais conclusões:

- 1) Entre setembro-2008 a abril-2009, a taxa de participação das mulheres caiu mais do que a dos homens, em tendência inversa à de anos anteriores. Há indícios, portanto, de que o contexto de crise econômica retirou, relativamente, mais mulheres do mercado de trabalho do que homens, empurrando-as para a inatividade.
- 2) No que diz respeito ao nível de emprego, as variações a nível de ocupação nos meses pós-setembro de 2008 foram, de forma geral, negativas para homens e mulheres, com quedas relativas um pouco mais acentuadas no caso das mulheres (-2,36 %, contra -1,59 %, contrariamente ao registrado no mesmo período do ano anterior). Ou seja, parece que a crise refreou um processo de feminização do mercado de trabalho, o que pode estar associado à maior fragilidade dos empregos femininos.
- 3) Historicamente, as taxas de desemprego femininas são significativamente mais elevadas que as masculinas. No contexto da crise, entretanto, parece haver um movimento diferenciado, no qual as taxas de desemprego masculinas tendem a se elevar mais, em termos relativos. No período imediatamente posterior à crise, percebe-se um aumento da ordem de 25,86 % na taxa de desemprego dos trabalhadores do sexo masculino e de 9,18 % quando se observam as trabalhadoras.



4) Ao desagregar os dados de ocupação segundo os setores de atividade econômica, observa-se que as maiores quedas relativas na ocupação feminina ocorreram na indústria (-8,28 %) e nos serviços de intermediação financeira e atividades imobiliárias (-3,43 %). Entre os homens, as maiores quedas relativas foram em serviços domésticos (-12,71 %) e também na indústria (-5,90 %). Apesar de ser a indústria um campo de trabalho altamente masculinizado, foram as trabalhadoras as que, proporcionalmente, mais perderam empregos neste setor. Ou seja, a crise provocou um aprofundamento do perfil masculino da indústria brasileira.

5) No trabalho doméstico, desempregaram-se proporcionalmente muito mais homens do que mulheres: -12,71 % e -1,25 %, respectivamente. O que estes dados parecem mostrar é que o trabalho doméstico executado por homens (ocupações como jardineiro, caseiro e motorista) são menos fundamentais para as famílias do que aquele executado por mulheres, relacionado às tarefas de cuidado com casa e crianças.

6) A crise econômica produziu ainda uma certa substituição da mão-de-obra masculina pela feminina na construção civil. Entre setembro de 2008 e maio de 2009, houve uma queda de 3,82 % no conjunto de postos ocupados por homens neste setor e uma elevação da ocupação feminina da ordem de 30,29 %, confirmando um movimento de feminização da construção civil que já vinha sendo verificado em períodos anteriores.

7) Quando se analisa o mercado de trabalho formal, historicamente masculino, nota-se que foram os homens que mais perderam postos de trabalho no período em análise. Entre outubro de 2008 e maio de 2009, o estoque de trabalhadores formais homens reduziu-se 2,51 %, enquanto o contingente de mulheres ocupadas no mercado formal aumentou 0,49 %. Nesse sentido, pode-se dizer que tem ocorrido uma feminização do mercado de trabalho formal. Essa “feminização” do mercado de trabalho formal pode ser uma expressão de estratégias de precarização do emprego adotadas pelo empresariado em ambientes de incerteza. Em termos práticos, isso pode representar, por exemplo, uma substituição de salários altos por salários mais baixos. No período pós-crise, os salários de admissão das mulheres foram, inequivocamente, mais baixos que os salários de admissão dos homens.



ÁFRICA DO SUL

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), violência baseada em gênero, ou violência contra mulheres (VAW), é um grande problema de saúde pública e de direitos humanos pelo mundo. A OMS relata, ademais, que “umas das formas mais comuns de Violência contra Mulheres é aquela realizada por um marido ou parceiro masculino”, fazendo com que esse tipo de violência seja invisível por ocorrer por trás de portas fechadas.

Artigo 1 da Declaração das Nações Unidas sobre Eliminação da Violência contra as Mulheres (DEVW), proclamada pela Assembleia Geral na sua resolução 48/104 de 20 de dezembro de 1993, define o termo violência contra as mulheres como “Qualquer ato de violência baseado em gênero que resulte ou provavelmente resultará em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para mulheres, inclusive as ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, ocorrendo tanto na vida pública como na privada (UNESCO 1999 p. 53)”. A violência baseada no gênero, portanto, se apresenta como institucional, econômica, psicológica, sexual e/ou física.

A África do Sul continua a dar prioridade à redução dos crimes contra as mulheres e crianças. Apesar de várias intervenções multi-setoriais, os crimes contra mulheres e meninas ainda permanecem um problema sério tanto em termos de quantidade como de gravidade. Desde 2005/06, houve uma tendência animadora, decrescente, dos casos de estupro relatados, mas apesar disso, há uma necessidade de diálogo a respeito de percepções sociais de masculinidade, violência na sociedade e a natureza do poder baseado no gênero entre indivíduos. O fortalecimento da Campanha Anual do Plano de 16 Dias de Ativismo mobilizou comunidades, mudou atitudes e catalisou ações. Deve ser destacado que o aumento nas denúncias de casos é, em parte, indicativo de maior confiança no sistema judiciário, bem como, um sinal de maior consciência entre mulheres e crianças de seus direitos. A redução da desigualdade de gênero e a melhora no status econômico das mulheres demonstraram que tais atitudes contribuíram no sentido de reduzir sua vulnerabilidade a serem vítimas de violência.



Além do compromisso do partido governante de eliminar a discriminação e a violência, os direitos das mulheres, como um direito humano, estão inseridos na Constituição desde o advento da democracia. Ademais, as mulheres na África do Sul organizam-se em diferentes formações para fazer avançar sua luta por uma sociedade não racial, não sexista e mais justa. Recentemente, como tributo às mulheres que lutaram contra o Sistema de Apartheid, constituiu-se o Movimento de Mulheres Progressistas, como uma plataforma multi-setorial para fundir várias organizações em torno da construção de solidariedade para a ação sustentável e eficaz. Desafiadas a promover uma imagem positiva dos homens e a buscar orientar a juventude, também estão surgindo organizações que promovem os homens como cuidadores, em ação contra abusos e como parceiros para a igualdade de gênero.

A crise financeira nos países desenvolvidos em 2008/09 lançou o mundo em uma recessão sem precedentes nos últimos 70 anos, com uma estimativa de 34 milhões de empregos perdidos. Embora a economia mundial mostre sinais de recuperação em 2010, há um alerta para que todos tiremos lições desta experiência para evitar repetições no futuro.

A economia da África do Sul foi mais resistente e como tal, suas instituições financeiras não precisaram de apoio graças a uma governabilidade eficaz, a sistemas de gerência de riscos e a medidas robustas para proteger consumidores.

Entretanto, depois de cinco anos de forte crescimento, quando dois milhões de empregos foram criados, a África do Sul experimentou sua primeira recessão em 17 anos, durante a qual a economia encolheu cerca de 1,8%, em 2009. De acordo com *Statistics-SA*, um total de 959.000 empregos foram perdidos desde janeiro de 2009. Muitas das pessoas que perderam seus empregos eram os provedores nas famílias mais pobres. Algumas das medidas introduzidas para limitar esse impacto da recessão global incluem um pacote para fortalecer a rede de segurança para os pobres, cuja maioria são mulheres.

A Concessão de Apoio à Criança foi aumentada e expandida para cobrir mais dois bilhões de crianças durante os próximos três anos. Além disso, 6 bilhões de Rands foram alocados para companhias fragilizadas, para reduzir a incidência de dispensas. O Programa de Obras Públicas, que beneficia mais de 480.000 pessoas, foi expandido para fornecer aos desempregados



experiência de trabalho remunerada e oportunidades de treinamento. A integração de medidas de equidade de gênero no Programa de Ação do Governo assegurou que mulheres, crianças e pessoas com deficiências possam ter acesso a oportunidades de desenvolvimento.

Enquanto a África do Sul se recupera e implanta medidas para acelerar níveis de crescimento mais altos, a nível mundial permanecem críticos os esforços para colaborar com a construção de uma nova arquitetura econômica que proteja o crescimento sustentável. A fraca participação e os benefícios recebidos pelas mulheres nesses debates e planos precisam ser corrigidos. Reconhecemos também que os indicadores econômicos ainda têm uma perspectiva estreita, excluindo áreas críticas para a subsistência sustentável dos pobres e o trabalho não remunerado das mulheres. Além disso, iniciativas de empreendedorismo do IBAS devem ser mais representativas das mulheres e da sociedade civil para serem eficazes.

A criação do novo Ministério de Mulheres, Crianças e Pessoas com Deficiências na África do Sul ajudou a fortalecer a maquinaria do país para promover a questão de gênero com maior defesa, coordenação, acompanhamento, bem como avaliação de resultados.

RESOLUÇÕES DO FORUM DE MULHERES DO IBAS:

1. Compartilhar conhecimentos, experiências e progressos na promoção do fortalecimento econômico das mulheres e da igualdade de gênero;
2. Iniciativas conjuntas de pesquisa sobre indicadores econômicos inclusivos;
3. Acordo sobre os próximos passos para disseminação do Relatório Macroeconômico Inclusivo de Gênero;
4. Promover a inclusão de indicadores de equidade e de fortalecimento de gênero nos acordos e estratégias de todos os Grupos de Trabalho e Foros do IBAS.

RECOMENDAÇÕES:

Dadas as deliberações do Forum de Mulheres sobre o impacto da crise econômica global sobre as vidas das mulheres, o III Forum de Mulheres do IBAS faz as seguintes recomendações:



1. Fortalecer a implementação de todos os instrumentos e protocolos ratificados, de acordo com os compromissos de cada país para com a Plataforma de Ação de Pequim e a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Em especial, recomenda-se que, tanto quanto possível, os benefícios de assistência social e os mecanismos de desenvolvimento sejam dirigidos majoritariamente às mulheres, pois há evidências de que o dinheiro nas mãos das mulheres é mais bem gasto no bem-estar da família;
2. Fortalecer o Estado e as instituições sociais para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio, especialmente aquelas que têm por objetivo reduzir a pobreza, promover a igualdade entre os sexos, a autonomia das mulheres e melhorar a saúde da mulher, da menina e da sociedade em geral;
3. Desenvolver programas nacionais para reiterar a necessidade de respeitar a Convenção 100 da OIT, de 29 de junho de 1951, relacionadas à igualdade de remuneração entre homens e mulheres, bem como a respectiva legislação nacional;
4. Elaborar políticas públicas destinadas a promover a igualdade de oportunidades e de tratamento nos temas relacionados a trabalho e profissão, com o objetivo de eliminar a discriminação neste âmbito, de acordo com a Convenção nº 111 de 4 de junho de 1958;
5. Incentivar o desenvolvimento de banco de dados desagregados por gênero para facilitar o planejamento de políticas e programas voltados para a melhoria do status da mulher na sociedade;
6. Reconhecer as barreiras estruturais e culturais na eliminação da violência contra as mulheres e a sua relação de causa e efeito com a participação das mulheres na força do trabalho;
7. Fortalecer e aperfeiçoar os mecanismos que lidam com violência baseada em gênero, de modo que se tornem mais eficientes e os procedimentos jurídicos mais rápidos;



-
8. Fortalecer os sistemas de apoio social para as mulheres, para melhor tratar as necessidades de abrigos de emergência, creches, serviços de saúde, aconselhamento e desenvolvimento de habilidades para permitir às mulheres superar o impacto negativo da violência em suas vidas;
 9. Fortalecer as instituições de gênero nacionais, com ênfase específica na capacidade de coordenar, monitorar e avaliar a implementação das políticas e programas transversais de gênero;
 10. Reconhecer a contribuição da sociedade civil e facilitar sua participação nas plataformas do IBAS.

Sra. Krishna Tirath
Ministra de Estado (IC) para Mulheres e Desenvolvimento da Criança
Governo da Índia

Sra. Nilcéa Freire
Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres da
Presidência da República do Brasil

Mrs. Noluthando Mayende-Sibiya
Ministra de Estado para Mulheres, Crianças e Pessoas com Deficiências
Governo da África do Sul